

Líderes comunitários de São Pedro recusam projeto de remoção

Líderes comunitários do bairro São Pedro, durante reunião realizada ontem com o secretário do Bem-Estar Social, Joaquim Beato, representantes das comissões de Direitos Humanos e de Moradia da Arquidiocese de Vitória, Cohab e o secretário municipal de Ação Social, Renato Soares, recusaram parte da proposta da Sebs e da PMV de remoção dos invasores do loteamento Floresta da Ilha, no bairro, para uma área próxima da Faesa e que será desapropriada.

Os posseiros disseram ontem, durante a reunião, que não aceitam o pagamento da urbanização do terreno, que será desapropriado da Faesa, e a proibição de troca ou venda dos lotes por um prazo de cinco anos. Quero ainda que os melhores terrenos sejam distribuídos entre os líderes comunitários e que o tamanho dos lotes aumente de 120 metros quadrados para 240m², alegando que precisam de jardins e espaço para hortas caseiras.

CONDIÇÕES

A Sebs e a Prefeitura de Vitória apresentaram aos líderes comunitários do bairro São Pedro, na segunda-feira da semana passada, um projeto de remoção de cerca de 500 famílias que invadiram o loteamento Floresta da Ilha,

próximo a São Pedro V. As associações de moradores e de Catadores de Lixo ficaram de apresentar ontem uma contraproposta, o que fizeram discordando de alguns itens. Agora o assunto será decidido pelos dois órgãos no dia 28, durante uma nova reunião que será realizada a partir das 8 horas.

De acordo com a proposta inicial da Sebs, todo o processo de remoção dos posseiros, cerca de 500 famílias, será administrado pela Prefeitura de Vitória, o que os invasores também não estão aceitando. Querem que o processo seja coordenado por eles próprios. A Sebs e a PMV propõem a transferência das famílias residentes na área invadida que ganham até um salário mínimo. O processo de distribuição de lotes será através de sorteio, sendo que a prefeitura abrirá, na proposta inicial, um escritório no bairro para inscrição de todos que participarão da distribuição dos lotes.

A previsão dos dois órgãos é de que, caso as propostas de remoção sejam aceitas, a remoção ocorra até fevereiro do próximo ano, com um prazo para seleção dos moradores, demarcação das quadras e lotes, sorteio, remoção para a área, ocupação, urbanização e legalização fundiária pela Prefeitura de Vitória.